O voto em 2026: o agronegócio e a agricultura familiar

51ª live do Instituto Fome Zero — 19 de novembro de 2026, 18h30, canal do IFZ no YouTube

Moderação: José Graziano da Silva (diretor do Instituto Fome Zero e professor emérito da Unicamp). Participantes: Ernesto Galindo (doutor em Geografia, pesquisador do Ipea, cedido ao MDA) e Joacir Aquino (doutor em geografia, professor da UERN e coordenador regional do IFZ – Região Nordeste).

1. Transcrição integral editada

Falas completas, na ordem cronológica, com ajustes de redação para facilitar a leitura (retirada de marcas da oralidade, repetições e hesitações). Nomes e siglas grafados incorretamente pela transcrição automática foram corrigidos; trechos duvidosos estão indicados entre colchetes.

Abertura

José Graziano da Silva: Boa noite a todos e todas que nos ouvem. Estamos iniciando a live de número 51 — a 51ª live do Instituto Fome Zero. Espero que esta também seja uma boa ideia, como a da 51! . Nossa discussão hoje vai girar em torno do desempenho eleitoral do agronegócio e da agricultura familiar na ultima eleição.

Na quinta-feira passada, fizemos outra live com os professores Lauro Mattei, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Sérgio Schneider, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que fizemos uma análise geral dos votos e das razões da vitória — particularmente da virada no segundo turno que elegeu o presidente Lula. A conclusão óbvia, unânime, foi que um número muito grande de novos votos garantiu essa vitória. Novos votos que vieram, em grande parte — quatro em cada dez, na verdade —, de pessoas idosas, que não eram mais obrigadas a votar, mas que compareceram às urnas para garantir a vitória de Lula.

No debate, surgiram várias questões sobre o desempenho do agro, das áreas rurais e das áreas sob influência do agronegócio. Na verdade, muitas das impressões do primeiro turno — de que o agro tinha votado maciçamente no candidato adversário — não se comprovaram nas análises posteriores. Foram levantadas várias dúvidas sobre o desempenho, por exemplo, da agricultura familiar na região Nordeste, ou mesmo no Vale do Jequitinhonha. Por isso resolvemos fazer esta nova live, para tentar esclarecer um pouco mais esse assunto.

Temos aqui conosco hoje dois geógrafos, dois doutores em Geografia. Ernesto Galindo, doutor em Geografia, trabalha no Ipea e está cedido ao MDA. E o professor Joacir Aquino, nosso velho companheiro aqui do Instituto Fome Zero, recém-doutor em Geografia, que defendeu sua tese — que acaba de ser disponibilizada no ResearchGate, eu vi hoje, e recomendo muito a leitura. Ele participa conosco como debatedor da apresentação inicial que Ernesto Galindo vai fazer.

Só para recapitular rapidamente: ficamos com várias questões pendentes. Uma delas é o que explica a votação da agricultura familiar no candidato de oposição, já que houve um esforço muito grande do governo Lula III para aperfeiçoar as políticas para a agricultura familiar, que bateram sucessivos recordes — por exemplo, no crédito fornecido e nas menores taxas de juros que já tivemos. Ou seja, há uma série de sucessos a celebrar, na opinião dos membros do MDA, em relação às políticas agrícolas. Por que, então, houve essa votação contrária?

A conclusão a que chegamos é que nem sempre as boas políticas — e são boas políticas, sem dúvida — são suficientes para garantir o voto. O voto, a opção política e pessoal, muitas vezes tem outras dimensões, inclusive a dimensão do território, do ambiente em que essas pessoas e famílias estão inseridas. E é exatamente por isso que vamos fazer hoje um esforço para entender melhor como votaram a agricultura familiar e o agronegócio no Brasil.

Passo, então, primeiro a palavra ao Galindo. Galindo, você tem de 15 a 20 minutos para expor. Sei que você vai usar algumas tabelas e gráficos. Fique à vontade.

Primeira exposição de Ernesto Galindo

Ernesto Galindo: Olá, boa noite a todas e a todos. Obrigado pelo convite, professor Graziano, e também ao meu querido amigo Joacir e ao Edward, que está nos bastidores permitindo que a gente faça esta live.

Vou trazer alguns pontos que são de fato muito interessantes. Primeiro, durante a eleição, principalmente depois do primeiro turno, choveram análises que contribuíram muito para a discussão. Entre elas, começou-se a aventar a hipótese — a teoria — de que os municípios do agro, geralmente definidos por recortes ligados ao valor adicionado da agropecuária no PIB, e os pequenos municípios não estavam exatamente votando ao lado do governo. Isso nos chamou muita atenção, e começamos a pensar em outras maneiras de fazer esse tipo de análise.

De fato, se você usa esses critérios, termina encontrando uma votação não tão expressiva: ainda que, no geral, ela tenha melhorado para o presidente no segundo turno, os resultados continuaram não sendo exatamente os que se esperaria. Mas nós questionamos logo de início esse critério do recorte pelo PIB, porque quem vota não é o dinheiro — apesar de o dinheiro influenciar, evidentemente. Quem vota são as pessoas. Então, uma análise que faz correlação com o PIB não necessariamente traz o peso dos eleitores, e menos ainda o perfil específico que nos cabe.

Para quem desconhece: o Ministério do Desenvolvimento Agrário trata da agricultura familiar de forma geral, conforme a nossa lei de 2006, que inclui também quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, extrativistas — um público maior do que o agricultor no sentido mais comum. Há um limite de área, um limite de renda, de participação, uma série de características. E para esse público temos muitas políticas vinculadas.

O governo retomou esse público. Quando assumimos, o número de cadastros de agricultores familiares estava por volta de 2 milhões e pouco; o cadastro que usamos hoje tinha apenas 100 mil famílias vinculadas. Hoje estamos com 4 milhões. Então, retomamos e colocamos esse público de volta na conta e na possibilidade de acesso à política pública. Para nós, seria muito estranho haver esse efeito [de voto contrário].

O que começamos a imaginar? Como não existe — e não deveria existir — o dado individual do voto de cada um, começamos a pensar em inferências para identificar esse perfil. A primeira inferência foi: vamos pegar o percentual de agricultores familiares dentro do universo de eleitores de cada município. É uma primeira análise, mais simples. E percebemos, professor Graziano, uma inversão nessa lógica e nessa conclusão sobre os votos da agricultura familiar para o presidente Lula, para o governo, para a candidatura.

Para você ter uma ideia, fizemos essa relação: há municípios em que 85% do eleitorado é da agricultura familiar, e isso vai diminuindo até chegar a municípios que não têm agricultura familiar. Fizemos um pequeno filtro — vou apresentar os resultados com esse filtro e depois explico qual é.

Dos 100 municípios com maior proporção de agricultores familiares em relação aos eleitores, o candidato Flávio ganhou em apenas um. Dos 200 municípios com maior proporção, Flávio ganhou em apenas dois. Vou pular logo para não ficar fazendo essa escadinha: à medida que você desce na lista, a proporção cai. Até os 100 primeiros, os agricultores familiares são 43% a 45% dos eleitores; até os 200, 40%; até os 300, um terço; até os 400, 30%; e até os 500, 25%. Esse é o percentual de agricultores familiares no total de eleitores do município. Nos 500 municípios com maior participação da agricultura familiar no eleitorado, Flávio só ganhou em 16.

Então, quando focamos no público específico de que estamos falando — sem falar genericamente de municípios do agro ou de população rural —, percebemos que esse público atendido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo menos numa avaliação eleitoral, está avaliando bem o governo.

Agora explico o filtro que utilizei, professor. Eu disse que, dos 500 municípios com mais agricultura familiar, o Flávio [a transcrição registra "Bolsonaro"] ganhou em apenas 16. Mas isso com um pequeno filtro: a presença de agricultores produtores de soja. Quando você inclui esses agricultores familiares produtores de soja, o atual presidente ainda teve mais votos, mas Flávio passa a ganhar não em 16, e sim em 65 dos 500 municípios.

Por que essa ressalva? Porque começamos a perceber uma tendência muito comum de a participação da agricultura familiar trazer votos para o governo atual, e de vez em quando apareciam municípios que não seguiam essa lógica. Quando fomos olhar o perfil produtivo desse público — dá para fazer isso com imagens de satélite, com os dados disponíveis —, percebemos essa distinção. Há uma tendência de que esse perfil de produtor se assemelhe ao do grande produtor. É quase assim — e são inferências, gente: um pequeno produtor de feijão tende a votar como pequeno ou médio produtor, como agricultor familiar; um grande produtor de feijão tende a votar como grande produtor de feijão. Já o produtor de soja tende a se vincular muito mais ao modelo produtivo do que à sua escala de produção. Esse é um ponto interessante. Estou apenas trazendo os dados; as discussões, perguntas e questionamentos virão na sequência.

Com essa primeira análise, mais simples, tentamos quebrar um pouco a ideia de que a agricultura familiar estaria mais insatisfeita com o governo e, por isso, votando na oposição — sendo que, evidentemente, todos os votos são legítimos.

Percebemos que dava para ir um pouco além, professor. Todas as análises que tentam identificar o perfil dos votos são inferências; como eu disse, não sabemos o voto de cada um. Mas há outro método para identificar a agricultura familiar. Temos a localização de todos os locais de votação, de todas as seções, das urnas, e sabemos como votou cada local. Voltando à nossa geografia, a primeira lei da geografia diz que tudo está relacionado, mas as coisas mais próximas estão mais relacionadas. Claro que, com a comunicação, isso se quebra um pouco, mas partimos do princípio de que quem mora perto de um local de votação tende a votar mais ou menos naquela proporção. Sabemos que não é exatamente assim, mas é uma tendência, uma simplificação que nos permite aprofundar a análise.

Com isso, conseguimos criar um vínculo entre o local de votação e os domicílios rurais. O IBGE nos fornece o CNEFE, o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, com a localização de cerca de 110 milhões de endereços, estabelecimentos e domicílios ocupados no Brasil. Se um domicílio está em zona rural, consigo supor, por esse método, que ele vota como o local de votação mais próximo.

Fizemos isso também para os assentamentos. Como os assentamentos são muito grandes, ponderamos isso: pegamos todos os domicílios e estabelecimentos dentro de cada assentamento, vinculamos cada um ao local de votação mais próximo — não foram todos para um único local — e começamos a análise.

Nos assentamentos, há uma variação bem maior do que na agricultura familiar. Na agricultura familiar, percebemos que o produtor de soja tende a não votar como a média. Mas, no caso dos assentamentos, há muitas divergências. Acho que todos conhecemos a realidade dos assentamentos: têm históricos muito diferentes, a própria lógica da colonização — temos os assentamentos mais antigos no Norte do Brasil, assentamentos mais sustentáveis hoje em dia, com outras lógicas, assentamentos que mantêm uma característica mais coletiva, outros não. Então, os assentamentos não mostram um perfil muito claro.

Conversando com organizações, parece que o que observamos nessas tendências tem um pé na realidade. Há assentamentos, conhecidos pelas organizações, que não têm tanto vínculo com os sindicatos, com as confederações, nem com as nossas políticas; são produtores de outros perfis, às vezes até pecuaristas um pouco maiores; há muitas relações envolvidas. Então, nos assentamentos não conseguimos essa unidade de análise, e isso merece estudos posteriores. Na agricultura familiar, não: já conseguimos distinguir o modelo, mas, no geral, ela vota conosco.

Essas análises também permitem, quando você coloca a lupa, desmistificar algumas coisas — não só sobre o voto rural ou da agricultura familiar, mas sobre o voto em geral. Não sei se todos viram vários estudos que saíram mostrando como foi a migração de votos do primeiro para o segundo turno, algo que, de forma precisa, ninguém nunca vai saber, porque ninguém sabe em quem eu votei no primeiro e no segundo turno. Vamos analisando. E quanto mais agregadas as análises, menos você consegue perceber.

Por exemplo, professor: o saldo final de redução de abstenções do primeiro para o segundo turno foi de 3 milhões. Há estudos que chegam a indicar que, dependendo do candidato, houve redução de 5 a 6 milhões de abstenções, enquanto o outro candidato teria aumentado as abstenções; são vários métodos. Quando colocamos a lupa em cada seção eleitoral, em cada urna, ou em cada zona detalhada por faixa etária — porque a faixa etária temos por zona, não por seção —, começamos a minimizar o efeito das grandes médias e conseguimos olhar com mais detalhe.

Se numa urna houve aumento de abstenção, mesmo que no saldo tenha havido redução, tenho certeza de que houve um aumento de abstenção, ainda que localizado. E esse aumento, com esses recursos, conseguimos identificar: está na casa das centenas de milhares de votos, chegando a quase um milhão. Então, imagine: do saldo de 3 milhões de abstenções a menos, quem se absteve no primeiro turno e deixou de se abster no segundo são pelo menos 4 milhões de pessoas — não 3 milhões —, porque houve um milhão que passou a se abster no segundo turno. É esse olhar detalhado que permite isso.

E o outro mito — na verdade, nem é um mito, e já concluo, professor — é outra disputa de narrativa que houve para dizer quem foi responsável pela virada: se foram os jovens — sejam os de voto não obrigatório, que são muito poucos, sejam os jovens até 29 anos — ou os idosos que não são mais obrigados a votar, acima de 70 anos, como já foi comentado na outra live. Identificamos que, ainda que o contingente de jovens seja muito grande no total e nos votos do próprio candidato vencedor, a alteração significativa de comparecimento do primeiro para o segundo turno não foi dos jovens. O acréscimo de jovens do primeiro para o segundo turno é insignificante. O acréscimo de idosos acima de

70 anos, com redução da abstenção dessa faixa específica, é de 1 milhão e 300 mil eleitores. Então, podemos todos nos orgulhar do comparecimento desse grupo.

E há mudanças surpreendentes. Quando você pega faixas etárias específicas — de cinco em cinco anos — em estados específicos, percebe que alguns estados reduziram a abstenção de algumas faixas acima de 70 anos em 15 pontos percentuais. Isso é muito significativo. Claro que, no volume total, os grandes colégios eleitorais terminam trazendo mais votos, para um lado ou para o outro. Mas, proporcionalmente, principalmente no Nordeste, algumas faixas etárias acima dos 70 anos tiveram uma presença extraordinária na votação.

Então, são esses os pontos: a faixa etária, esse recorte específico da agricultura familiar, essa reversão. Esse olhar mais detalhado, a análise espacializada dos votos, permite trazer novas conclusões ou interpretações do voto. São os pontos gerais que eu gostaria de trazer; acho que estou mais ou menos no tempo combinado, professor. São dados bem gerais, todos públicos; o que muda é o método, que acho que contribui muito para a discussão. Acredito que, com as perguntas, possamos aprofundar alguns temas, e depois deixarei disponível para o IFZ um material, inclusive ilustrativo, que possa ser disponibilizado para quem acompanha o canal.

José Graziano da Silva: Obrigado, Galindo. Essa foi a primeira intervenção; você terá a oportunidade de uma segunda após a fala do Joacir. Agradeço antecipadamente o oferecimento de nos mandar os materiais que você mencionou. Estamos constituindo no nosso site um espaço para reunir todas essas informações, à disposição de quem se interessar. Passo, então, a palavra ao Joacir para suas considerações.

Primeira intervenção de Joacir Aquino

Joacir Aquino: Boa noite a todos e todas. Boa noite, professor Graziano. Boa noite, amigo Ernesto Galindo, parabéns pela sua exposição. Gostaria de agradecer ao IFZ pelo convite para participar desta live, que é uma continuidade da live da semana passada, com os professores Sérgio Schneider e Lauro Mattei — uma live muito rica. Foi muito importante o IFZ propor esta 51ª live para dar continuidade à discussão, trazendo os elementos novos que a apresentação do Ernesto nos proporcionou.

De cara, gostaria de destacar as especificidades regionais. Na semana passada, o professor Schneider manifestou sua preocupação com o forte apoio das políticas públicas aos agricultores do Sul do país, que não se convertia em votos progressistas. Já no caso do Nordeste, onde se concentra quase metade dos agricultores familiares, esses percentuais que o Ernesto mencionou, se olharmos no mapa, imagino que se concentrem principalmente no Nordeste — há em outras partes do país, mas a mancha está mais concentrada no Nordeste.

Outra coisa que me chamou a atenção na sua fala, Ernesto, é a questão da soja. Como temos dito, o problema não está na soja em si, mas no modelo produtivo que ela representa. Mesmo os agricultores familiares produtores de soja — seja no Sul, seja no Nordeste, na região do Matopiba, por exemplo — tendem a um voto mais conservador, mais na extrema direita. Parece estar associado à lógica da cadeia produtiva da soja, dos sindicatos, de todas as narrativas envolvidas na discussão do agronegócio. E essa oposição agronegócio–agricultura familiar está muito evidente.

Outro ponto, professor Graziano: na live passada, o professor Lauro Mattei, de forma brilhante, fez um mapeamento das concentrações de votos, destacando principalmente as grandes cidades e as capitais — inclusive no Nordeste — como elementos determinantes para a vitória de Lula, sobretudo no

segundo turno. Mas eu gostaria de destacar também o papel das pequenas e médias cidades, e, nesse caso, citar o semiárido brasileiro.

O semiárido envolve, na atual definição, 1.477 municípios: a maior parte do Nordeste, além do norte de Minas e de uma parte do Espírito Santo. É a área onde a proporção da população rural é maior do que a média do Brasil, mas o nosso semiárido, como o Nordeste, é um semiárido predominantemente urbano no século XXI. E o semiárido teve um papel muito importante na eleição de Lula. A ASA, a Articulação Semiárido Brasileiro, fez um levantamento específico e constatou que 25% dos votos de Lula no segundo turno saíram do semiárido. Os municípios do semiárido, áreas urbanas e rurais, deram a Lula, no segundo turno, 14,6 milhões de votos. 72% dos votos do semiárido foram para o presidente Lula. E tivemos no semiárido 1,6 milhão de votos a mais do que no primeiro turno — dentro do que o Ernesto falou sobre as abstenções.

Alguém poderia me perguntar: por que o grosso do crédito rural do Pronaf e de outras políticas está no Sul do país e isso não se converte em voto, enquanto no semiárido, onde também está uma fração de políticas importantes, isso tem se convertido? Qual é a diferença? A diferença é que o Nordeste e o semiárido que contribuíram para eleger o presidente Lula no segundo turno não são o semiárido ou o Nordeste da novela da Globo. A Globo acabou de lançar uma novela que, nos primeiros capítulos, mostra o Nordeste e o semiárido dos anos 1950. O semiárido mudou. O semiárido e o Nordeste mudaram, especialmente a partir do início dos anos 2000 — especialmente a partir de 2003 —, com o conjunto de transformações dos sucessivos governos do PT, que têm contribuído para mudar a fisionomia produtiva e social da região.

Na base desse processo, no Nordeste e no semiárido, estão os jovens e os idosos. Por que os jovens do Nordeste e do semiárido votaram em Lula? Por que houve uma votação massiva, uma mobilização dos jovens para votar em Lula? Por causa da transformação que o governo Lula, desde 2003, promoveu para incluir esse grupo populacional, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais. Entre muitos fatores, gostaria de destacar a interiorização do ensino superior e técnico.

Até 2003, para quem está nos ouvindo, a maior parte das universidades e dos institutos federais estava concentrada no Sul e no Sudeste; e, mesmo no Nordeste, concentrava-se nas capitais. A partir do primeiro governo Lula, assistimos a um processo de desconcentração e expansão das universidades federais nos pequenos e médios municípios do Nordeste. Temos cidades no semiárido como Pau dos Ferros, no meu estado, no semiárido do Rio Grande do Norte: Pau dos Ferros tem uma universidade estadual, uma unidade da UFERSA, que é federal, e um instituto federal, num município de cerca de 30 mil habitantes. E em torno desse pequeno município circulam outros 40 pequenos municípios do sertão.

Esse processo tem contribuído diretamente para inserir a juventude na universidade e na escola técnica. E nessas unidades educacionais há todo um processo de trabalho educacional, mas também de politização, que faz com que o jovem do sertão nordestino hoje — e essa realidade se verifica em vários estados, nas zonas urbanas e rurais — entenda e valorize essas conquistas. Daí vem a percepção da ameaça de perdê-las com as reformas prometidas pela candidatura da direita. Essa expansão da rede educacional empoderou os jovens, nas áreas urbanas e rurais, e contribuiu para fortalecer a mobilização em defesa da campanha de Lula.

Diga-se de passagem que o próprio Lula, no Nordeste, é mais forte do que o PT. A força simbólica que Lula tem no Nordeste — nas áreas urbanas, dentro e fora do semiárido — é o fator de equilíbrio para as candidaturas. Inclusive, alguns candidatos vinculam diretamente seu nome ao de Lula, que é um

símbolo da resistência nordestina. Isso é um fato. E é também uma preocupação nossa, porque este é o último mandato de Lula como presidente; ele não vai mais se candidatar. Então, já temos de pensar na questão sucessória como um desafio colocado.

Outro elemento que o Ernesto mencionou, e que acho determinante, é o papel dos idosos. No Nordeste, no semiárido, na nossa agricultura familiar nordestina, os idosos são a maioria dos chefes de estabelecimento. Na minha tese de doutorado, usando os dados do Censo Agropecuário, constatei que mais da metade dos chefes de estabelecimentos de agricultores familiares pobres do semiárido tinha 55 anos ou mais — isso em 2017. Ou seja, hoje estão com idade muito mais avançada.

Esses agricultores têm como base de sustentação a aposentadoria rural: uma conquista de meados dos anos 1990, que advém da Constituição Federal, revalorizada principalmente nos governos do PT, com o reajuste do salário mínimo e a manutenção da universalização. Ela tem se convertido na principal política de sustentação da agricultura do Nordeste. Há outras políticas extremamente importantes — como o Programa Um Milhão de Cisternas, a política de crédito, o microcrédito do Agroamigo —, mas, na minha opinião, as duas políticas sociais mais importantes de sustentação da agricultura familiar do Nordeste são o Bolsa Família, em menor escala, e a aposentadoria rural, como fator determinante.

Só para termos uma ideia: em 2017, mais de 70% da receita dos agricultores familiares pobres do semiárido vinha de aposentadorias e pensões. Aí vem um candidato de direita que diz que vai rever as regras previdenciárias, mudar as leis de aposentadoria. Isso criou uma rebelião nessa população idosa que depende da aposentadoria. Lembrando que a renda da aposentadoria tem criado um colchão amortecedor diante da própria crise climática. Tivemos recentemente uma das maiores secas da história do Nordeste, de 2012 a 2017, e não vimos levas de migrantes nem pessoas passando fome, morrendo de fome. Vários fatores explicam isso, mas um deles foi a renda do Bolsa Família e, como elemento principal, a renda da Previdência Social, pelo volume que representa.

Então, a reação do povo nordestino no segundo turno — e principalmente dos nossos agricultores familiares nordestinos, como o Ernesto mostrou, que levou àquele percentual — eu atribuo diretamente à imagem do presidente Lula como símbolo regional e ao reconhecimento dessa população pelas políticas públicas implementadas. Se os agricultores familiares do Sul ligados à soja são ingratos, se não reconhecem por diferentes motivos, os agricultores nordestinos são gratos — mas não no sentido emotivo, e sim por uma questão racional.

No Nordeste, no período do segundo turno, observamos uma mobilização muito forte no campo, dos movimentos do campo, da própria ASA, a Articulação Semiárido, que fez diversas mobilizações em defesa da manutenção das conquistas sociais do semiárido. Isso foi muito importante. Houve também mobilizações urbanas, puxadas principalmente pelos jovens, que entendem a importância que teve para eles a expansão do ensino técnico e superior, principalmente nas cidades pequenas e médias do semiárido. E outro elemento fundamental foi a luta nas redes sociais.

Só para termos uma ideia: até 2017, a maioria absoluta dos agricultores familiares e das famílias rurais do Nordeste não tinha acesso à internet. No ano passado, o IBGE divulgou o dado da PNAD Contínua: 90% dos domicílios rurais do Nordeste, de alguma forma, acessaram a internet. Então, quando começou aquela briga toda e aquela ofensa ao Nordeste, os nordestinos reagiram nas redes sociais — como está sendo agora a reação à própria novela da Globo e aos cantores sertanejos do agronegócio que apoiaram Flávio Bolsonaro e que, de certa forma, desmereceram a população do Nordeste.

Esse Nordeste do século XXI, que ajudou a eleger Lula, é outro Nordeste. Não é o Nordeste dos anos 1950. É um Nordeste mais urbano, mais interligado com o rural. É um Nordeste de interiorização do

ensino técnico e superior. É um Nordeste com expansão das energias renováveis, apesar dos limites e das contradições desse modelo. É um Nordeste de grandes obras de infraestrutura, como a Transnordestina e a transposição do Rio São Francisco.

Mas ainda é um Nordeste em que a agricultura familiar é permeada por desigualdades. É o que trabalho na minha tese, mostrando que 90% dos agricultores familiares do semiárido ainda são agricultores pobres e de baixa renda. São agricultores bloqueados por múltiplas carências de ativos — falta de terra, de água, de mercados, de crédito. E as políticas públicas implementadas nos governos do PT foram descontinuadas a partir de 2016 e retomadas recentemente no Lula III, mas ainda não foram capazes de reverter esse quadro, porque um dos grandes gargalos das nossas políticas de desenvolvimento rural é a desarticulação. Há um desafio muito grande: como integrar as políticas públicas de proteção social, de inclusão produtiva e também de estruturação das comunidades rurais e dos assentamentos, para que as famílias possam ter uma vida mais digna e mais sustentável.

Professor Graziano, era esse o comentário inicial que eu gostaria de fazer, parabenizando o Ernesto. E deixo uma pergunta para ele falar um pouco do Matopiba: nesses dados, o que se percebeu na mancha do Matopiba? Lá, a expansão da soja, do milho e do algodão também seguiu essa tendência à direita?

José Graziano da Silva: Acho que sua intervenção foi muito clara. Realmente, o quadro desde o início mostrava que o Nordeste tinha sido o grande apoio à reeleição do presidente Lula, e acho que você identifica muito bem as políticas que estão por trás desse apoio. Além da própria imagem do presidente Lula — ele mesmo nordestino, que sempre se orgulhou disso —, há uma série de políticas determinantes na composição da renda dos agricultores familiares pobres do Nordeste, principalmente no semiárido. Você citou muito bem: a aposentadoria rural, em primeiro lugar, de longe, e as transferências do Bolsa Família. Mas citou também um dado interessante, a interiorização do ensino superior, que ajuda a entender sobretudo por que os jovens votaram em Lula no Nordeste. Galindo, você tem mais dez minutos para completar informações e discutir o que o Joacir colocou para você. O Matopiba é uma grande incógnita para todos nós.

Segunda intervenção de Ernesto Galindo

Ernesto Galindo: Está bom, vamos lá, professor. Vou complementar rapidamente aquela informação sobre a distinção dos municípios, para mostrar como a conclusão muda dependendo do indicador que você usa. Como eu dizia, alguns estudos usaram o critério do PIB ou do porte do município para sustentar a tese de que o rural, o agricultor familiar, não estava favorável ao atual governo. Vou dar alguns exemplos.

Nos 500 municípios com maior presença da agricultura familiar em relação ao eleitorado, o candidato vencedor, do governo atual, levou 484 — ou 435, se você considerar os produtores de soja. Ou seja, ganhou na grande maioria. Além disso, a ampliação de votos nesses municípios do primeiro para o segundo turno foi sete vezes maior para Lula do que para Flávio. Sete vezes maior. Então, não só ganhou a maioria, como ainda teve fôlego para expandir os votos numa proporção muito maior do que a diferença geral entre o primeiro e o segundo turno.

Se voltarmos ao critério que alguns estudos usavam, o dos menores municípios em população, Lula de fato ganhou em apenas 172 dos 500 menores, ainda que tenha ampliado os votos o dobro do que Flávio ampliou do primeiro para o segundo turno. Já nos 500 municípios com maior participação do valor adicionado da agropecuária no PIB, Lula ganhou em apenas 143. Ainda assim, a ampliação de

votos nesses municípios do primeiro para o segundo turno foi três vezes maior para Lula do que para Flávio.

O que tiramos disso? De fato, houve um fôlego geral de ampliação de votos de Lula — os tais 10 milhões. Flávio e Lula puxaram 14 milhões de votos entre o primeiro e o segundo turno, incluindo abstenção, brancos e transferência de votos: 10 milhões ficaram com Lula e 4 com Flávio. Não foram exatamente 10, mas, enfim, 10 e 4. Mas, nesses recortes, as proporções de crescimento são muito maiores. Ou seja, independentemente do critério de rural, houve um fôlego de ampliação de votos a favor do candidato vencedor; mas, dependendo do critério, tiram-se conclusões diferentes sobre a hegemonia política — no sentido do voto, apenas — do candidato eleito em relação ao outro. Cada indicador que utilizamos gera conclusões diferentes.

Quanto ao Matopiba, Joacir, é muito interessante. Não sei se consigo subir uns mapas aqui, mas, enfim, eu os passo para vocês depois, professor. O Tocantins, especificamente, é a fronteira do voto — vários analistas comentam isso. Por quê? Ainda há ali a influência de um perfil mais próximo do perfil nordestino de produtores — o Mato Grosso, em geral, tinha isso e foi perdendo —, mas há um avanço da fronteira agrícola. Se você compara as eleições desde 1994, por exemplo, percebe uma perda de território, uma tendência de perda de estados para o PT, e o Tocantins é essa última fronteira. É um estado que, na última eleição, ainda foi [para o PT] e, nesta, já não foi mais.

E, quando você observa a divisão interna dos votos, nos municípios e, com esse método que comentamos, nos próprios assentamentos, percebe o seguinte: no Pará, havia muitos assentamentos que votam com Lula e muitos que votam com Bolsonaro; mas os assentamentos do Pará próximos do Tocantins são todos para Bolsonaro. Enquanto isso, nos assentamentos do lado do Nordeste, para além do Tocantins, você começa a ver que eles já são mais para Lula. E o Tocantins está ali no meio. Então, você já começa a ver uma onda azul, digamos assim, chegando ao Tocantins. Isso tem acontecido, e eu não sei se o PT consegue recuperar, ganhar no Tocantins; acho que é uma tendência muito difícil de reverter. Mas esse mapa especificamente, Joacir, faço questão de passar para você dar uma olhada. Acho que são esses os pontos, professor; também há espaço para discutirmos com o resto da turma.

José Graziano da Silva: [Após problema com o microfone.] Joacir, você quer usar a palavra? Tem mais dez minutos também, ou começamos as perguntas?

Segunda intervenção de Joacir Aquino

Joacir Aquino: Professor, gostaria só de fazer um rápido comentário. Primeiro, quero destacar novamente os diferentes campos de luta que se travaram aqui no Nordeste no segundo turno — no campo, nas ruas e nas redes sociais. E o motor de tudo isso foi Lula como grande símbolo regional, por ser nordestino e por tudo o que fez pelo Nordeste. Houve a mobilização dos movimentos sociais rurais e urbanos e, como quero reforçar, a questão recente das redes sociais.

As redes sociais foram determinantes e continuam sendo no pós-eleição, porque, diante de todos os ataques feitos após a eleição de Lula, notamos no Instagram e em outras mídias que o pessoal do Nordeste está reagindo de forma soberana. O professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior — compartilhei hoje com alguns colegas uma entrevista que ele deu —, um dos maiores especialistas na questão regional do Brasil, autor do livro clássico *A invenção do Nordeste e outras artes*, chamou atenção para esse detalhe. Até recentemente, uma emissora como a Globo, por exemplo, conseguia impor sua visão de mundo, e ninguém questionava, porque não havia meios para isso. Agora, com as

redes sociais e a melhoria da internet, a população de todas as regiões tem como manifestar sua posição e reagir. Foi o que aconteceu.

E isso só foi possível porque, depois da pandemia, melhorou substancialmente a conectividade da população dos municípios do semiárido nordestino, especialmente nas áreas rurais. Do ponto de vista da produção, ter uma boa rede de internet nos sítios já é outra história. Mas as pessoas conseguem acessar a internet por outros dispositivos, por outros meios, ficar conectadas com a notícia e aprender a não reagir passivamente às ideias impostas — principalmente diante da ameaça a dois pilares que citei: a expansão das universidades e dos institutos federais nos pequenos e médios municípios, que estava na lista de cortes do candidato da direita, e sobretudo a proposta de ajuste fiscal focalizada na política social.

No caso de outras políticas, quem acompanha a evolução das políticas de desenvolvimento rural lembra que o Programa Cisternas, por exemplo, teve um crescimento espetacular até 2015. No período pós-golpe, de 2016 até 2022, o programa de cisternas no semiárido — uma das políticas mais bem-sucedidas de democratização do direito de acesso à água, uma referência mundial — ficou estagnado, até o início de 2023. Só depois de 2023 o programa voltou a se recuperar, para caminharmos rumo à universalização.

Mas a ASA já percebeu que só a cisterna de primeira água não é suficiente. No Lula IV, é preciso lutar agora pela cisterna de segunda água, de 52 mil litros [a transcrição registra 56 mil], para a produção. Estudos que a própria ASA está fazendo já perceberam que a cisterna de segunda água para produzir, professor Graziano, só funciona para as famílias pobres se estiver ligada ao Fomento Rural, e se estiver integrada aos mercados institucionais, PAA e PNAE. É essa integração das políticas que precisamos avançar agora, neste novo governo, no Lula IV.

Uma última coisa: quando se fala em política social para o Nordeste — Bolsa Família e Previdência Rural —, muita gente pensa que é apenas uma transferência, sem nenhum impacto além da reprodução social das famílias. Mas essas transferências de renda geram um efeito multiplicador keynesiano: multiplicam as atividades econômicas nos pequenos municípios, porque as famílias gastam no território onde vivem, e isso aquece a economia local e, em contrapartida, gera empregos nesses pequenos e médios municípios.

Outra coisa: boa parte da oferta de bens industrializados desses pequenos e médios municípios do Nordeste semiárido vem do Sul e do Sudeste. Então, a transferência de renda termina criando uma espécie de força centrípeta, ligando a região Nordeste, que recebe essas transferências, às outras regiões, na forma de compra de bens manufaturados. A direita [trecho pouco claro na transcrição] e os críticos dessas políticas não conseguem entender esse lado econômico, de geração de emprego e de dinamização das economias, dessas transferências.

Isso é ainda mais importante agora, no caso do Nordeste semiárido, por causa das mudanças climáticas. É a região do país mais afetada por elas, com perspectiva de chuvas mais irregulares e temperaturas mais altas. Essas transferências têm de ser mantidas e fortalecidas para criar estabilidade na região, para que depois possamos investir pesado — como o professor Sérgio Schneider falou na live passada — numa nova geração de políticas de desenvolvimento rural integrado, para gerar ocupação e renda e, nessa simbiose, melhorar a qualidade de vida da região. Esse é o desafio que está colocado.

Perguntas e debate

José Graziano da Silva: Obrigado, Joacir. Vamos passar às perguntas. Já temos algumas aqui, mas quero voltar à nossa live da semana passada. O Genaro, membro do IFZ no México, colocou uma questão muito pertinente, que ele repete agora para nós: fazemos política para ganhar voto ou para desenvolver o país? Em outras palavras: se a política for boa, mas não votarem na gente, acabamos com a política, trocamos a política?

Um caso típico é o Pronaf. E aqui vou me permitir fazer uma crítica ao Pronaf e às políticas de crédito em geral. O Brasil tem apostado na ideia do crédito, inclusive em dar crédito ao pequeno, ao menor ainda e ao mais pobre ainda. E isso tem levado — quando dá certo, quando o crédito chega e é bem utilizado — ao que se chama de "agronegocinho": o perfil desses pequenos produtores familiares vai se modernizando na direção de incorporar os insumos químicos que todos conhecemos da Revolução Verde, máquinas e equipamentos, e de concentrar os cultivos basicamente em soja e gado. Ainda hoje estava vendo o número e fiquei assustado: mais de 90% do crédito do Pronaf vai para gado e soja. Não sei se isso ainda é assim.

Por outro lado, os programas inovadores — por exemplo, os de financiar a agroecologia ou a agricultura orgânica, o crédito para mulheres, os quintais produtivos, as poucas inovações que o MDA conseguiu fazer — não têm recursos. O recurso é mínimo, e o número de produtores é insignificante. Não vou dizer que se conta nos dedos, mas não chega à casa dos milhares, num universo, como o Galindo já disse, de 4 milhões.

O que está acontecendo? Essa é a primeira pergunta. Por que o novo não consegue vencer essa inércia de mais crédito, de todas essas inovações que eu chamo de incrementais? Porque foi basicamente isso que se fez: menor taxa de juros, menor prazo para isso ou aquilo — tudo coisas incrementais, mais do mesmo, em termos de políticas agrícolas para a agricultura familiar. É isso que vai continuar? Ou quais são as perspectivas de mudança? E vamos mudar porque eles não votaram na gente, ou porque estamos convencidos de que só dar crédito não é um bom negócio? Vamos terminar transformando tudo em agronegocinho. Galindo, você começa? Depois tenho outra para o Joacir.

Ernesto Galindo: Está ótimo; as perguntas e questionamentos são superpertinentes, professor. O Joacir vai lembrar que, no último congresso da SOBER, nos juntamos com o Lauro, e eu prometi trazer os números atuais. A crítica é geral, a política ainda é correta no seu fundamento, mas é interessante ver o esforço que está sendo feito.

De fato, tirar da inércia é muito difícil, porque existe uma tendência, uma pressão, uma lógica que funciona em cima de quem reclama e de quem pede pelas políticas, e é difícil não atender. Mas, para além da bandeira e do discurso deste novo governo — com uma tentativa mais vinculada às preocupações ambientais, mais ampliada para a questão social, de extensão da política —, houve um redirecionamento, dentro de certos limites, das nossas políticas. Os resultados foram os seguintes, e cabe a cada um avaliar.

Começo pelo exemplo dos quintais produtivos, uma política nova. Toda política nova nos dá muito medo de não andar, de não funcionar, pelas dificuldades: é preciso montar toda uma forma nova de fazer a coisa funcionar. Mas passamos dos 100 mil quintais produtivos, que hoje entram de diversas formas, inclusive via Pronaf. Claro que, para 4 milhões, 100 ou 130 mil — como estamos alcançando — não é um percentual tão grande. Mas já não é como alguns contratos que tínhamos, de fato, em unidades. O Pronaf B, por exemplo, não rodava nem em dezenas na região Sul; rodava em unidades. Já

estamos começando a rodar em milhares. É um movimento que, proporcionalmente, aumentou muito essas políticas, porque a base era muito pequena. Mas é preciso começar de algum ponto.

Sobre o Pronaf especificamente: no início, tínhamos um limite de renda de 23 mil reais para ser enquadrado no Pronaf B, que podia pegar até uns 6 mil reais. A média do Pronaf B, do Pronaf Nordeste, era de 4 a 5 mil reais, professor. Não dá para fazer uma revolução, mudar uma forma de produzir, com 4 mil reais. Esses valores foram ampliados — tanto a faixa de quem é enquadrado no Pronaf B quanto o valor que se pode pegar. No pacote todo, está chegando a 70, 80 mil reais, valores que já se aproximam dos tíquetes médios que temos no Sul do país. Claro que não adianta darmos 80 mil reais a um produtor que vive do Bolsa Família e mal tem condição de pagar qualquer coisa. Esse não é o modelo.

É por isso que o Fomento, o Projeto Dom Helder, o crédito instalação do INCRA, no caso dos assentados, são formas de entrar na inclusão produtiva antes mesmo de entrar no ciclo do crédito. Não adianta colocar uma pessoa no crédito sem condições, sem assistência técnica, sem apoio.

Mas qual foi a outra revolução que fizemos? Ampliamos muito os contratos do Pronaf no Nordeste, também em valor. O Pronaf continua crescendo no país todo, mas o Norte e o Nordeste cresceram de forma muito mais acelerada. Isso acaba com a desigualdade? Não. O recurso ainda está concentrado no Sul e na cadeia produtiva da proteína animal bovina — que, no fim das contas, é milho, soja, pastagem, compra de gado. Continua concentrado, sem dúvida, mas a concentração diminuiu, que era o que desejávamos.

Observamos também que, quando você entra com o apoio produtivo via outras políticas — há agora também [nome da política pouco claro na transcrição], um investimento que não precisa ser devolvido —, esse público, segundo os dados que analisamos, tem mais probabilidade de entrar depois no circuito do crédito do Pronaf. E ainda há um público, professor — estimamos isso em 2023 e não fiz estimativas mais novas —: uns 15% a 20% de quem é Pronamp hoje era Pronaf nos últimos dez anos. Isso também é bom: está saindo por cima, e não por baixo por não ter condições de acessar.

As nossas linhas de bioeconomia e agroecologia dentro do Pronaf ainda são marginais perto dos quase 100 bilhões que estão sendo colocados, mas já estão na casa dos bilhões, e não mais das centenas de milhões. São alterações que, se avaliarmos os dados de 2023 e 2024, não é possível observar. Primeiro, porque 2023 tinha outro orçamento e concluía a safra anterior. Foi em 2025 e 2026 que começaram a aparecer mais os resultados dessas políticas. Se vamos conseguir avançar mais e destinar cada vez mais recursos para isso? É o nosso desejo, estamos tentando. Mas há muitas limitações, sabemos, e a autocrítica precisa ser feita. O Pronaf continua não sendo o Pronaf que gostaríamos que fosse. Mas está mudando. Está mudando na velocidade desejada? São outras questões. Mas essas coisas estão sendo alteradas.

E as outras políticas também: 150 mil agricultores familiares, neste intervalo de 2023 a 2026, acessaram o PAA com recursos do MDS, via Conab ou via estados e municípios — há outros também [trecho pouco claro]. Estão começando a sair agora os dados do PNAE, da alimentação escolar: ampliamos [o percentual mínimo de compras da agricultura familiar] de 30% para 45%; na média do Brasil já rodamos 30%, e estamos tentando avançar.

E sobre o próprio Pronaf: vejo muitos estudos dizendo que só 10%, 15% dos agricultores acessam o Pronaf. Vários estudos recentes têm mostrado isso. Há um erro metodológico significativo nessa resposta. Ninguém, professor — e dizemos isso com tranquilidade, porque temos dados de 15 anos de Pronaf por CPF —, ninguém acessa o Pronaf todo ano. Não existe isso. São vários tipos de Pronaf, há várias questões; nem o melhor dos produtores acessa o Pronaf todo ano. Então, qual análise fizemos?

Vamos ver quantas pessoas acessaram o Pronaf nesta gestão, de 2023 para cá [a transcrição registra "2013"]: 2,5 milhões, professor. Não são 10%, não são 15%. Estamos conseguindo levar ao Pronaf um contingente bastante significativo do nosso público — seja Pronaf B, Pronaf A, Pronaf de montante maior, sejam as linhas mais sustentáveis.

Eu também não acho que o Pronaf seja a solução para tudo. O Pronaf é para um perfil específico, tem uma finalidade específica. Depois de 30 anos, o Pronaf não tinha nem lei. Finalmente, conseguimos criar uma lei do Pronaf. Eu brincava com quem analisa o Pronaf e cobrava dele um monte de coisas: "Olha, isso nem está no normativo do Pronaf; ele não tem a finalidade de fazer o que se deseja". Agora, com a lei do ano passado, temos de fato a obrigação de tornar o Pronaf aquilo que gostaríamos que ele fosse. Mas isso é só o Pronaf; há várias outras coisas. Desculpe se me alonguei, professor.

José Graziano da Silva: Obrigado, Galindo. Vou pedir duas coisas. A primeira: quem está nos ouvindo e assistindo, por favor, inscreva-se no canal do YouTube e clique no sininho para dar mais uma força ao IFZ. Agora vou fazer uma sessão de perguntas mais curtas. Começo pelo Joacir. Há uma pergunta direta para você: pela sua explicação, os agricultores familiares nordestinos reconheceram as políticas públicas do presidente Lula que os beneficiaram. A pergunta é: por que os do Sul não fizeram o mesmo? E vou além: por que quem planta soja vota contra o Lula? Joacir, tem a palavra.

Joacir Aquino: Obrigado, professor, e obrigado a quem fez a pergunta. Na verdade, o professor Schneider tentou responder a essa indagação na live passada, e ela é complexa. No caso dos agricultores nordestinos — teríamos de fazer um estudo para entender melhor essa tomada de decisão —, eu atribuo ao reconhecimento e ao efeito das ações em favor dessas famílias, que até o fim dos anos 1990 tinham sido deixadas para trás pelas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. O semiárido nordestino e o Nordeste rural passaram a ser olhados com mais atenção pelo Estado brasileiro, com políticas estruturantes — principalmente de crédito, de acesso à água, a própria expansão da política previdenciária, o Bolsa Família —, a partir dos anos 2000, principalmente desde o início do governo Lula.

Essa população mais idosa, que viveu os terríveis anos 1970 e 1980, lembra bem o que era o Nordeste: um Nordeste parecido com o da novela da Globo. Era uma situação terrível; as pessoas morriam de fome. Hoje, a situação social do Nordeste ainda está longe de ser ideal em comparação com o Sudeste, por exemplo, mas é muitas vezes melhor, e as pessoas reconhecem isso. Reconhecem também porque boa parte dessas políticas tem uma construção social de base, dos movimentos sociais — já citei a ASA, no caso do Programa Um Milhão de Cisternas, e outras entidades extremamente importantes para fortalecer essa base, essa mentalidade do nordestino, que também temia perder isso. Então, foram o reconhecimento e o medo de perder essas conquistas que levaram o voto da agricultura familiar nordestina para o governo Lula.

Já em relação ao Sul, os agricultores da soja, no meu entendimento, estão fortemente vinculados à narrativa de que "o agro é pop", com todas as implicações políticas que isso tem, e tendem a ter uma postura conservadora, porque, para eles, o grosso da agricultura familiar do país nem é de agricultores. Inclusive, representantes acadêmicos desses segmentos dizem que, para a maior parte dos agricultores familiares do Brasil — os mais pobres, de mais baixa renda —, não há caminho: a única alternativa é ganhar tempo até que se adaptem e migrem para as zonas urbanas. Essa lógica e essa ideologia, no meu entendimento, mais concentradas no Sul e nas cadeias produtivas de commodities como a soja, levam esses agricultores, como o professor Schneider disse, a ter uma postura mais conservadora em relação aos agricultores do Nordeste. Esse é um ponto.

Aproveitando o gancho e voltando à pergunta do colega Genaro: acho que um governo não espera que a política pública resulte em voto. O que se espera, racionalmente, é que, quando o Estado está presente atuando em favor de determinados grupos, esses grupos entendam os benefícios que estão recebendo e reconheçam as ações realizadas — e que outros grupos marginalizados também tenham a mesma reação. Mas dificilmente o governo Lula vai tirar política de quem votou na direita e transferi-la para quem votou no seu partido, porque o Brasil é um país muito complexo e precisamos criar um equilíbrio entre esses diferentes grupos.

O que precisamos é trabalhar para usar a política de incentivos fiscais do governo em matéria de crédito rural para estimular um modelo de desenvolvimento mais justo, mais sustentável e mais inclusivo. O que eu não aceito — e isso foi discutido na live passada — é que boa parte do nosso sistema de crédito rural seja usada para um modelo agrícola insustentável. Mesmo os grandes produtores do agronegócio deveriam ser induzidos pela política agrícola a adotar práticas produtivas mais sustentáveis e mais inclusivas, dentro de uma agenda mundial mais avançada de bioinsumos etc., como o professor Schneider falou. Esse é o desafio: reorientar a política agrícola com os incentivos corretos, para punir — ou deixar expostos ao mercado — os produtores que não seguem o caminho da sustentabilidade e dos sistemas alimentares sustentáveis, e criar condições para premiar os grandes, médios e pequenos que seguirem esse caminho.

José Graziano da Silva: Obrigado, Joacir. Já estamos com uma hora e 45 minutos de live, então vamos caminhando para o final. Achei muito boa essa provocação que o Joacir fez no fim, e queria saber o que o Galindo acha disso. Vamos continuar dando crédito, crédito, crédito? É isso que queremos, ou vamos começar a mudar as coisas? Hoje a FAO, por exemplo — já há alguns anos —, mas também o PMA e até o Banco Mundial estão convencidos de que não é mais preciso dar crédito ao produtor agrícola em geral. É preciso dar créditos muito específicos para alguns produtos, os mais nutritivos e saudáveis — verduras, frutas, legumes —, leia-se a agricultura familiar produtora de alimentos mais nutritivos e saudáveis. Essa mudança é possível? Está na cabeça do MDA pensar nisso? Galindo.

Ernesto Galindo: Vou aproveitar para responder a essa e, pontualmente, a algumas outras, porque fui olhar os comentários e há uma série de perguntas. Não, não é só crédito. O crédito tem de ter uma orientação, como qualquer política pública. Na verdade, o governo eleito tem uma pauta, um programa; é legitimamente eleito para tocar esse programa, e isso direciona. Não existe aquela discussão tola de Estado mínimo; não existe Estado sem incentivo de governo. Nunca existiu — pode existir em Marte, não sei, mas aqui nunca vai existir. Existe um recurso que é arrecadado e você dá um incentivo. O dinheiro de cada um, o capital de cada empresário, de cada pessoa, ele usa, dentro da lei, como quiser. O recurso do governo não é para fazer o que se quiser: é um direcionador — além das funções típicas de Estado, que poderíamos passar um tempo discutindo —, ele induz algo.

Isso vale para infraestrutura, agricultura, política social, para tudo. Eu, que venho da área mais espacial, da geografia, do urbanismo: as grandes mudanças que tivemos no país, historicamente, foram todas induzidas, ou pelo menos apoiadas e viabilizadas, pelo Estado. As grandes mudanças territoriais, as nossas ocupações, todos os ciclos produtivos — São Paulo, Brasília, Amazônia — tiveram investimento do Estado; não há para onde correr. Então, não tiro de forma alguma a obrigação, a competência e a responsabilidade do Estado, enquanto governo, de direcionar as coisas. E o crédito é uma delas. Assim como cada um tem o direito de fazer o que quiser com seu dinheiro, se há uma decisão da sociedade, traduzida num programa de governo, de que o Brasil precisa seguir determinado caminho, é preciso incentivar esse caminho. Não estou falando de dar crédito para qualquer coisa, mas de um crédito direcionado.

O próprio crédito que existe hoje, sobre o qual fazemos bastantes críticas, já se descolou muito das taxas aplicadas, por exemplo, à soja e ao gado, em favor de outras coisas que queremos incentivar. Isso me lembra o nosso querido Silvio Porto, hoje presidente da Conab, que já comentou: "Olha, lá no Rio Grande do Sul houve uma época em que zeramos o crédito para algumas coisas, e não funcionou, porque não é só isso". Há um custo de oportunidade. Na agricultura, brincamos, não é uma loja que hoje vende meia e amanhã vende roupa. Não funciona assim; existe um custo. E existe, evidentemente, todo o sistema financeiro: por mais que se equalizem os juros, em quase todas as situações há algum risco bancário. A menos que o banco seja seu, você não pode obrigá-lo a investir em algo que ele considera que não vai dar retorno. Temos de resolver essas complexidades. Então, sim, o crédito tem de existir, tem de ser direcionado, tem de diferenciar. O próprio ex-ministro da Agricultura [Fávaro; a transcrição registra "Fábio"], desde os primeiros momentos do governo, dizia que, para o público do MAPA, não deveria mais haver equalização nem crédito público, porque eles têm como obter crédito de outras formas.

Então, é política só para voto? Não, claro que não; é por obrigação. Agora, se o voto não está sendo favorável ao governo — seja qual governo for —, claro que não é só isso que explica o voto, mas há uma relação, há uma insatisfação. Pode até ser uma questão fora do comando do governo: tivemos crises, temos a questão inflacionária; há atuações, mas tudo tem limite. A insatisfação é válida, e não podemos deixar de ter uma política por causa da insatisfação, nem considerar que a política serve só para gerar satisfação. Mas precisamos avaliar: há algum olhar viciado do governo sobre isso? Será que essa política está de fato funcionando, ou achamos que está e a população está mostrando que não está? São questões.

Sobre a agricultura familiar, não vou entrar nos detalhes que vocês discutiram, professor Graziano. Por que, então, o Sul não vota [no governo] e o Nordeste vota? Há muitos pontos. Quando fazemos o filtro da soja, ele já está relacionado com várias outras coisas; está tudo endógeno. O produtor de soja da agricultura familiar está no Sul e na fronteira para o Norte. "Mas não há muita soja no cerrado baiano?" Há, só não há agricultor familiar no cerrado baiano. Ou o agricultor deixou de ser familiar porque lá se tornou grande: quem era agricultor familiar no Sul subiu e virou grande produtor. Mas isso também está ligado a um perfil específico.

Colegas nossos ligados ao crédito já comentaram: por mais que você ofereça seguro, crédito, redução de dívida, se há um contexto internacional — de custo de produção, de preço do produto — que não agrada ao produtor, ele vai estar insatisfeito, faça o que fizer. E há todas as outras questões levantadas aqui: há produtor que acha que há fiscalização ambiental demais, que reclama de várias coisas; é evidente que isso existe também. E tudo isso olhando só para o nosso universo de produção; há milhões de questões ligadas ao voto que nem estamos tratando aqui. Então, isso não é determinístico. A população do Sul — e o produtor do Sul está dentro dela — também tem seus perfis. Só lembrando: o próprio Sul já votou muito com o PT, e hoje não vota mais. Há mil questões envolvidas.

Sobre as taxas — comentaram aqui que se deveria alterar o Pronaf —, já mexemos muito nas taxas. Há taxa do Pronaf de 0,5% ao ano, com bônus de adimplência: a pessoa paga menos do que pegou, em valor nominal. E, ainda assim, não resolve. Há a questão do banco, que já comentamos. Também criticaram aqui: será correto considerar que o voto inteiro de um município é resultado dessas questões? Não, claro que não; são simplificações. Eu só quis rebater a lógica que o próprio Felipe Nunes usava, de simplificar por município, com recortes de municípios pequenos e municípios do agro. E estou mostrando: você pode falar de município do agro e de município pequeno, mas o nosso público, a agricultura familiar, não tem a tendência que está sendo apontada. Por isso esse método que estamos

usando, professor — só para finalizar —, de olhar onde está o voto e onde estão as pessoas, desce mais no detalhe. Continuam sendo inferências, porque não sabemos o voto de cada um, mas é possível aproximar melhor a análise.

Considerações finais e encerramento

José Graziano da Silva: Galindo, desculpe interromper, mas estamos chegando ao nosso limite de tempo, de uma hora e meia. Vou dar dois, três minutos no máximo para o Joacir fazer seus comentários finais. Joacir? [Problema com o microfone.]

Joacir Aquino: Gostaria de dizer que concordo com as colocações do Ernesto. Essa é uma análise muito complexa: os determinantes do voto, o contexto econômico e político do território onde as famílias estão inseridas, as variáveis macroeconômicas. Mas queria destacar um ponto, a verdade inconveniente que trago na minha tese: 70% dos agricultores familiares do Brasil são agricultores familiares pobres. O Ernesto já nos disse nos bastidores que 70% dos agricultores familiares que eles conseguiram mapear pelo CAF estão no CadÚnico. Ou seja, a maior parte da nossa agricultura familiar ainda é extremamente vulnerável.

E não vamos conseguir resolver o problema dessas milhares de famílias só com política agrícola — não é, professor Graziano? Precisamos de políticas territoriais: infraestrutura nas áreas rurais, redes de internet, estradas, oferta de bens públicos como obras hídricas comunitárias, espaços de lazer. Ou seja, temos de encarar o espaço rural brasileiro, onde estão concentradas as famílias mais pobres — a maioria absoluta da agricultura familiar —, combinando política agrícola com política territorial e com políticas não agrícolas, como o professor Graziano vem defendendo há muito tempo: habitação, transporte dessas famílias.

Acho que esse é o grande desafio: combinar a política agrícola, os diferentes instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, com políticas capazes de dotar as áreas rurais e os assentamentos de reforma agrária de condições de saneamento, habitação e segurança para essas famílias viverem. Deixamos um pouco de lado essa vertente; temos concentrado muito a análise e os instrumentos de intervenção na política agrícola em si. É preciso combinar os dois. Um exemplo concreto do que o Ernesto falou: hoje o limite para a família do agricultor do Pronaf B pode passar de 70 mil reais, mas ele não tem capacidade de endividamento para isso. Mesmo que o limite exista, ele não consegue. Vai conseguir acessar aquele valor médio de 10 a 15 mil reais, insuficiente para provocar uma transformação estrutural na sua vida.

Por isso é preciso integrar as políticas públicas. As políticas de desenvolvimento rural no Brasil, além de — como disse o professor Graziano — apenas repetirem o que já tinha sido feito, padecem de um problema de desarticulação. Por exemplo, uma família num assentamento rural hoje pode acessar mais de 200 mil reais em crédito: a casa, o crédito instalação, o Pronaf, tudo. Só que uma família pega a casa, outra não pega a outra parcela, outra não pega — e cria-se uma fragmentação que termina não gerando um efeito sinérgico que contribua para o desenvolvimento rural.

Então, para concluir, professor Graziano: temos de avançar nessa discussão de uma política de desenvolvimento rural que leve em conta, além da política agrícola, esses outros elementos da estrutura da vida, que melhoram as condições de vida da população rural, numa perspectiva de articulação. Para isso, é fundamental recuperar a articulação entre a União, os estados e os municípios. No Instituto Fome Zero — o professor Graziano lembra disso —, temos insistido muito que é no

município que a política pública pensada em Brasília ganha vida. Se o município tem capacidades estatais limitadas para operar a política pública, mesmo que ela seja interessante, não vai dar resultado. Um caminho para isso, que o professor Sérgio Schneider apontou na live passada, é revitalizar os conselhos municipais de desenvolvimento rural como elemento agregador dos atores locais, para tentar essa virada. Isso seria muito interessante, inclusive, para fortalecer as bases do movimento em defesa da agricultura familiar nos municípios. Acho que essa questão está na ordem do dia.

No mais, professor, quero parabenizar o Ernesto pelo trabalho que tem feito com a equipe do Ipea e do MDA de compilar esses dados — gostaríamos de receber essas informações, até para compartilhar com quem está nos assistindo, porque é um tema muito importante — e agradecer a todos que assistiram à live e fizeram perguntas. É uma pena não termos podido responder a todas agora, mas ficamos à disposição para dialogar sobre qualquer um desses temas no momento adequado. Muito obrigado.

José Graziano da Silva: Obrigado, Joacir. Infelizmente, estamos ultrapassando nosso limite de tempo, mas confirmo o que o Joacir acaba de dizer: ficamos à disposição de vocês. Todas essas questões merecem ser respondidas; vi que há muitos bons comentários, e vamos dar um jeito de incorporá-los à nossa avaliação da live. O material que o Galindo vai disponibilizar ficará à disposição de todos no blog do Instituto.

Galindo, particularmente, vou até fazer um apelo: fiquei quase chocado quando você disse que há assentamentos que votaram massivamente contra o Lula. Queria entender onde estão e por quê, para ver se conseguimos ter alguma luz sobre isso, porque não há gasto maior em política pública hoje do que com os assentamentos, para fazê-los funcionar, com toda a dificuldade de mantê-los. Gostaria muito de entender essa votação e o porquê dela.

Quero agradecer a todos e todas pela presença, pela atenção e pelo carinho. Agradeço à equipe de bastidores do IFZ, que trabalhou para tornar esta live possível. Voltaremos em breve com outra live; o assunto não está esgotado. Merecemos mais clareza sobre ele, porque temos um novo governo que ainda está por começar. E, como disse o presidente Lula hoje, há muita coisa para fazer. Vamos continuar nisso também. Muito obrigado a todos e todas, e até a próxima.

2. Resumo da live por tema

Síntese dos principais temas do debate, com a posição de cada participante.

Objetivo da live e ponto de partida

José Graziano da Silva: Apresentou a live como continuação do debate da semana anterior com Lauro Mattei (UFSC) e Sérgio Schneider (UFRGS), que atribuiu a virada do segundo turno a novos votos, sobretudo de idosos (quatro em cada dez). Lembrou que as impressões iniciais de que o agro votara maciçamente no adversário não se confirmaram, e questionou por que parte da agricultura familiar votou na oposição apesar dos recordes de crédito e das menores taxas de juros do governo Lula III. Sua hipótese: boas políticas nem sempre bastam para garantir o voto, que também depende do território e do ambiente em que as famílias vivem.

Como medir o voto da agricultura familiar

Ernesto Galindo: Criticou as análises que definem "municípios do agro" pelo valor adicionado da agropecuária no PIB ou pelo porte do município: "quem vota não é o dinheiro, são as pessoas". Propôs dois métodos de inferência. O primeiro mede a proporção de agricultores familiares no eleitorado de cada município (o cadastro do MDA passou de cerca de 100 mil famílias para 4 milhões). Por esse critério, nos 100 municípios com maior proporção (43–45% do eleitorado), Flávio Bolsonaro venceu em 1; nos 200, em 2; nos 500 (até 25% do eleitorado), em 16 — ou 65, quando se incluem os municípios com agricultores familiares produtores de soja. O segundo método, espacial, associa cada domicílio rural (pelo CNEFE do IBGE, com cerca de 110 milhões de endereços) ao local de votação mais próximo, inclusive em assentamentos.

Mostrou que o critério muda a conclusão: nos 500 municípios com maior presença da agricultura familiar, Lula venceu em 484 (435 com o filtro da soja) e ampliou seus votos sete vezes mais do que Flávio entre os turnos; nos 500 menores municípios, venceu em 172 (com ampliação duas vezes maior); nos 500 com maior peso da agropecuária no PIB, em 143 (com ampliação três vezes maior). Entre os turnos, 14 milhões de votos foram mobilizados — cerca de 10 milhões para Lula e 4 milhões para Flávio. Ressalvou que tudo são inferências e simplificações, mas que o método desagregado se aproxima melhor do comportamento real do que os recortes municipais usados por analistas como Felipe Nunes.

Soja, modelo produtivo e assentamentos

Ernesto Galindo: Observou que o agricultor familiar produtor de soja tende a votar como o grande produtor: identifica-se mais com o modelo produtivo do que com sua escala. Nos assentamentos, o comportamento é heterogêneo, por causa de histórias e lógicas distintas (colonização antiga no Norte, assentamentos coletivos, outros com perfil pecuarista e pouco vínculo com sindicatos e políticas públicas). Considera que o tema merece estudos específicos.

Joacir Aquino: Concordou que o problema não é a soja em si, mas o modelo produtivo que ela representa: no Sul ou no Matopiba, agricultores familiares sojicultores tendem a um voto mais conservador, associado à cadeia da soja, a seus sindicatos e à narrativa do agronegócio. Atribuiu a postura do Sul à narrativa do "agro é pop" e a uma ideologia segundo a qual os agricultores familiares mais pobres não teriam futuro no campo.

José Graziano da Silva: Disse ter ficado "quase chocado" com a informação de assentamentos que votaram massivamente contra Lula, dado o volume de gasto público destinado a eles, e pediu a Galindo que aprofunde onde estão e por que votaram assim.

Matopiba e Tocantins

Joacir Aquino: Perguntou se a expansão da soja, do milho e do algodão no Matopiba seguiu a mesma tendência à direita.

Ernesto Galindo: Descreveu o Tocantins como "a fronteira do voto": desde 1994, o PT vem perdendo território, e o estado, que ainda votou no partido na eleição anterior, não votou nesta. Nos assentamentos do Pará próximos ao Tocantins o voto foi para Bolsonaro, enquanto do lado nordestino predominou o voto em Lula; o Tocantins fica no meio, com uma "onda azul" que ele considera difícil de reverter.

Abstenção, idosos e jovens

Ernesto Galindo: A redução líquida da abstenção entre os turnos foi de 3 milhões, mas a análise por urna mostra que cerca de 1 milhão de eleitores passou a se abster no segundo turno; logo, pelo menos 4 milhões deixaram de se abster. A virada não veio dos jovens, cujo acréscimo de comparecimento foi insignificante, e sim dos idosos acima de 70 anos: mais 1,3 milhão de eleitores. Em alguns estados, sobretudo no Nordeste, a abstenção de faixas acima de 70 anos caiu 15 pontos percentuais.

Joacir Aquino: Explicou o peso dos idosos pela aposentadoria rural: em 2017, mais da metade dos chefes de estabelecimentos familiares pobres do semiárido tinha 55 anos ou mais, e mais de 70% da renda dessas famílias vinha de aposentadorias e pensões. A promessa da direita de rever regras previdenciárias provocou uma "rebelião" nesse grupo. Também destacou a mobilização dos jovens do semiárido, ligada à interiorização do ensino superior e técnico.

O Nordeste e o semiárido no segundo turno

Joacir Aquino: Destacou o papel das pequenas e médias cidades do semiárido (1.477 municípios). Segundo a ASA, o semiárido deu a Lula 14,6 milhões de votos no segundo turno (25% do total do presidente e 72% dos votos da região), 1,6 milhão a mais do que no primeiro turno. Esse "não é o Nordeste da novela da Globo", e sim um Nordeste transformado desde 2003: mais urbano, com universidades e institutos federais no interior (como Pau dos Ferros, RN), energias renováveis, Transnordestina e transposição do São Francisco. Lula, mais forte que o PT na região, funciona como símbolo regional, o que exige pensar a sucessão.

Apontou três frentes de mobilização: campo (movimentos sociais e ASA), ruas (jovens) e redes sociais, possibilitadas pela conectividade — 90% dos domicílios rurais do Nordeste já acessam a internet, segundo a PNAD Contínua. Citou Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre o fim do monopólio da grande mídia. O voto nordestino seria fruto de reconhecimento "racional" das políticas e do medo de perdê-las.

José Graziano da Silva: Concordou que o Nordeste foi o grande apoio à reeleição, sustentado pela imagem de Lula, pela aposentadoria rural ("em primeiro lugar, de longe"), pelo Bolsa Família e pela interiorização do ensino superior.

Transferências de renda, clima e políticas de água

Joacir Aquino: Ressaltou que a aposentadoria rural e o Bolsa Família amorteceram a seca de 2012–2017, sem fome nem êxodo em massa, e geram efeito multiplicador keynesiano nas economias locais, além de demanda por bens industrializados do Sul e Sudeste. Com o semiárido como região mais afetada pela mudança do clima, essas transferências devem ser mantidas e fortalecidas. Lembrou que o Programa Cisternas ficou estagnado de 2016 a 2022 e só se recuperou a partir de 2023; agora a ASA defende a cisterna de segunda água para produção, que só funciona integrada ao Fomento Rural e aos mercados institucionais (PAA e PNAE).

Crédito rural, Pronaf e inovação nas políticas

José Graziano da Silva: Criticou a aposta em "mais do mesmo" no crédito: juros menores e ajustes incrementais que transformam pequenos produtores em "agronegocinho", com mais de 90% do Pronaf indo para gado e soja, enquanto agroecologia, crédito para mulheres e quintais produtivos têm recursos mínimos. Lembrou que FAO, PMA e até o Banco Mundial defendem crédito específico para alimentos saudáveis (frutas, verduras e legumes) e perguntou se o MDA cogita essa mudança.

Ernesto Galindo: Reconheceu as limitações ("o Pronaf continua não sendo o Pronaf que gostaríamos"), mas apresentou avanços: mais de 100 mil quintais produtivos; ampliação do Pronaf B (o tíquete médio no Nordeste era de 4 a 5 mil reais, e o pacote hoje chega a 70–80 mil); crescimento mais acelerado do Pronaf no Norte e no Nordeste, com redução da concentração; linhas de bioeconomia e agroecologia já na casa dos bilhões; 150 mil agricultores no PAA entre 2023 e 2026; e aumento do mínimo de compras da agricultura familiar no PNAE de 30% para 45%. Contestou os estudos segundo os quais só 10–15% acessam o Pronaf: com dados por CPF, 2,5 milhões de agricultores acessaram o programa na atual gestão. Destacou a aprovação da lei do Pronaf e defendeu instrumentos de inclusão produtiva anteriores ao crédito (Fomento, Projeto Dom Helder, crédito instalação do INCRA). Para ele, o crédito deve existir e ser direcionado pelo Estado, mas não resolve tudo sozinho: há custo de oportunidade, risco bancário e fatores de mercado. Zerar juros já se mostrou insuficiente.

Joacir Aquino: Defendeu usar os incentivos do crédito rural para induzir um modelo mais justo, sustentável e inclusivo, inclusive entre grandes produtores (bioinsumos, sistemas alimentares sustentáveis), premiando quem segue esse caminho e deixando expostos ao mercado os que não seguem.

Política pública e voto: por que o Sul e o Nordeste divergem

José Graziano da Silva: Retomou a pergunta de Genaro, membro do IFZ no México: fazemos política para ganhar voto ou para desenvolver o país? Se a política é boa, mas o público não vota no governo, deve-se mudá-la?

Joacir Aquino: Respondeu que o governo não deve esperar voto em troca de políticas, mas sim que os grupos atendidos reconheçam racionalmente os benefícios. Avaliou que dificilmente o governo retiraria políticas de quem votou na direita, dado o equilíbrio necessário num país complexo.

Ernesto Galindo: Afirmou que política pública não se faz só por voto, e sim por obrigação, mas que a insatisfação deve ser avaliada criticamente: a política está funcionando, ou o governo tem uma visão viciada? Lembrou que o voto não é determinístico: preços internacionais, custos de produção, críticas à

fiscalização ambiental e muitos outros fatores pesam. Observou que o Sul já votou muito com o PT e hoje não vota mais, e que agricultores que cresceram no cerrado baiano deixaram de ser familiares.

Desafios: pobreza rural e políticas territoriais

Joacir Aquino: Trouxe a "verdade inconveniente" de sua tese: 70% dos agricultores familiares do Brasil são pobres, e 90% no semiárido. Segundo Galindo, 70% dos inscritos no CAF estão no CadÚnico. Por isso, a política agrícola sozinha não basta: um agricultor do Pronaf B não tem capacidade de endividamento para usar 70 mil reais e acessa, em média, 10 a 15 mil. Defendeu combinar política agrícola com políticas territoriais e não agrícolas (infraestrutura, internet, estradas, obras hídricas, habitação, transporte, saneamento, lazer) e superar a desarticulação: uma família assentada pode acessar mais de 200 mil reais em diferentes instrumentos, mas de forma fragmentada. Propôs recuperar a articulação entre União, estados e municípios — "é no município que a política pensada em Brasília ganha vida" — e revitalizar os conselhos municipais de desenvolvimento rural.

José Graziano da Silva: Encerrou afirmando que o tema não está esgotado e merece mais clareza diante do novo governo. Anunciou que o material de Galindo ficará disponível no blog do IFZ e que haverá nova live.